

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM OLHAR SOBRE INDICADORES SOCIAIS PROPOSTOS PELO SINAES

**Arlete de Freitas Botelho
José Vieira de Sousa**

RESUMO

Esse estudo discute o papel da autoavaliação no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de levantar os indicadores sociais inseridos nas dimensões utilizadas para o autoconhecimento da instituição. Tomando por base documentos oficiais e os relatórios de autoavaliação de duas universidades – uma pública federal e outra de natureza privada – tem-se o campo empírico para identificar as preocupações com o contexto social, no olhar da comunidade acadêmica. Os resultados indicam que as instituições analisadas tendem, por um lado, a priorizar em seus relatórios as ações implementadas e, por outro, a não evidenciar possíveis fragilidades existentes. Assim, deixam de sinalizar elementos que, em seu conjunto, possam contribuir para o fortalecimento do planejamento institucional.

Palavras chaves: autoavaliação, dimensões, indicadores sociais.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir os resultados de pesquisa desenvolvida com o propósito de examinar como aparecem nos relatórios de autoavaliação produzidos, em 2012, pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA) de duas Instituições de Educação Superior (IES), as dimensões centradas nos indicadores sociais propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004).

A reflexão empreendida no presente texto parte de duas premissas básicas. A primeira refere-se à compreensão de que tanto a avaliação interna quanto a externa pode fornecer subsídios para uma análise que permite a visão da globalidade de uma instituição de educação superior/IES. A segunda considera que, em uma abordagem formativa, a avaliação institucional torna-se uma forma de diálogo com as políticas acadêmicas e administrativas, focando seus projetos pedagógicos, como forma de garantir um papel de relevância política e social na formação do cidadão.

Estruturalmente o texto situa a avaliação institucional no contexto do Sinaes, ressaltando sua relação com a avaliação externa na perspectiva de complementaridade entre ambas. Destaca ainda as dimensões da autoavaliação direcionadas ao cunho social

da atuação das IES e apresenta a metodologia adotada no estudo e as perspectivas de análise e interpretação dos dados coletados nos relatórios das duas universidades selecionadas.

A avaliação institucional no contexto do Sinaes

As últimas décadas apresentaram significativas demandas e transformações no desenvolvimento de processos avaliativos da educação superior em nível mundial e nacional. Entre os vários processos existentes destaca-se a avaliação institucional, no contexto do Sinaes que

[...] busca reconhecer a diversidade do sistema de educação superior do país, respeitar a identidade, a missão e a história das IES, entender que essas devem ser avaliadas globalmente e ainda buscar a continuidade do processo avaliativo. (POLIDORI, 2009, p. 445)

O tema avaliação institucional volta-se para as dinâmicas internas da IES e tem como objetivo a autoanálise (autoavaliação ou avaliação interna) da instituição, além da verificação realizada por olhares externos (avaliação externa). Nessa lógica, permite, por um lado, o conhecimento da realidade da instituição com a indicação das suas potencialidades e fragilidades e, por outro, representa uma forma de prestação de contas à sociedade.

As IES têm, portanto, um grande desafio diante da missão social que é a busca do autoconhecimento para a garantia da qualidade na formação do cidadão, contribuindo para a expectativa presente no desenvolvimento social de um país no sentido de um cidadão crítico. A avaliação torna-se, assim, um instrumento que pode produzir mudanças tanto no âmbito da educação superior como da sociedade. Nessa perspectiva, Dias Sobrinho (2010, p. 196) argumenta que

[...] todas as transformações que ocorrem na educação superior e em sua avaliação fazem parte, de modo particular, porém, com enorme relevância, das complexas e profundas mudanças na sociedade, na economia e no mundo do conhecimento em âmbito global.

Dias Sobrinho (2000) faz referência ao significado que deve ser dado ao processo avaliativo, pelos sujeitos envolvidos, afirmando que a universidade “deve tematizar a sua função formativa. [...] deve ser levada em conta a significação social dos conhecimentos e habilidades como um dos importantes critérios de qualidade

acadêmica” (p. 32). Considerando o ponto de vista do autor, torna-se necessário pensar cada momento da instituição de maneira a reconhecer a avaliação como uma maneira positiva de autoconhecimento e de prestação de contas à sociedade no que concerne às suas responsabilidades públicas, e não apenas como uma forma de controle sobre os resultados e missão da IES por parte do Estado.

O Sinaes orienta a avaliação da instituição como um todo, fugindo aos processos avaliativos fragmentados, embora tenha em seus componentes processos de avaliação standardizados. Observa-se que procedimentos desprovidos de reflexão democrática podem contribuir com o controle do Estado, ao mesmo tempo em que podem fugir ao princípio fundamental que é o processo formativo e participativo no interior da IES.

Constituída a avaliação institucional como um processo global e sistematizado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão coordenador e supervisor do Sinaes sugeriu dez dimensões que se organizavam como um roteiro básico do processo. Em seu conjunto essas dimensões trazem elementos para a constituição de indicadores e, como um roteiro construído, previa alterações com vistas a se aperfeiçoar a partir de recomendações e estudos da comunidade acadêmica, do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (BRASIL/MEC, 2004),

As dez dimensões da autoavaliação propostas pelo Sinaes e dispostas no art. 3º da Lei 10.861/2004 têm orientado a construção dos relatórios das CPA das IES brasileiras, desde a implantação do sistema avaliativo. Considerando o caráter dinâmico de construção do Sinaes é possível constatar que realmente as mudanças foram nele ocorrendo, confirmadas por documentos oficiais. No entanto, é interessante observar que as atenções eram dadas notadamente à avaliação externa, por meio, por exemplo, de Portarias, e não à avaliação interna.

A referência à avaliação interna ou autoavaliação está expressa na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, embora não tenha sido contemplada nos documentos emitidos até o ano de 2013, que orientavam a avaliação externa. No intuito de aperfeiçoamento do processo avaliativo a Portaria Normativa nº1.264, de 17 de outubro de 2008 aprovou, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior, trazendo maior clareza ao que se esperava em termos de indicadores para a avaliação institucional. Ainda assim, referia-se apenas à avaliação externa. Entretanto, é possível prever uma mudança significativa nos relatórios que

passarão a ter sua construção orientada pela proposta apresentada pela Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Desse ponto de vista, somente a partir dessa última Portaria, a autoavaliação passa a ser destaque nos documentos direcionados à avaliação externa, que reorganiza as dez dimensões em cinco Eixos.

Com a finalidade de explicitar o sentido do agrupamento das dimensões da autoavaliação institucional nesses Eixos, o Inep emitiu a Nota Técnica nº 14/2014 (BRASIL/MEC/INEP, 2014), divulgada em 27 de fevereiro desse mesmo ano, dispondo-os da seguinte forma:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constitui o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3– Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES. (BRASIL/MEC/INEP, 2014, p. 3)

Nesse instrumento é afirmado que o “agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação” (p. 3).

Esses últimos documentos emitidos passam, na conjuntura atual, a serem fortalecidos pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 13 é elevar a qualidade da educação superior. Para tanto, insere-se a estratégia 13.3 no sentido de aperfeiçoar o Sinaes, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão, que determina:

13.3) induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente. (BRASIL, 2014)

Desse ponto de vista, a CPA, responsável pelo processo de avaliação interna, passa a cumprir o seu papel diante da regulamentação do Sinaes. Paralelamente, os relatórios gerados pelo processo e conduzidos por essa comissão passam a ter peso para o reconhecimento e renovação de credenciamento das IES.

As dimensões da autoavaliação direcionadas ao cunho social

Ao pensar em dimensão de cunho social tomada como um indicador é possível buscar na autoavaliação uma possibilidade de pensar e repensar as práticas educativas, administrativas e sociais da IES, pelo seu papel como produtora do conhecimento, que leva o indivíduo a compreender e transformar o meio em que vive. Esse nível de compreensão do papel social vai ao encontro do que postula Dias Sobrinho (2010, p. 209), em relação à finalidade essencial da educação superior: “[...] formação integral de cidadãos-profissionais e cuja referência central é a sociedade, prevalecendo o princípio de educação como bem e direito humano e social, dever do Estado [...]”.

Um indicador social tem como objetivo subsidiar o planejamento público, retratando validade e confiabilidade. Pautadas na legalidade, as dimensões que direcionam o processo do autoconhecimento são transformadas em recursos metodológicos a partir do empírico. Por sua vez, o campo empírico permite o conhecimento da realidade pelos próprios sujeitos que a vivenciam, e sinalizam as mudanças que precisam se materializar na instituição, como afirma Zainko (2004).

A reformulação para a construção do auto-retrato citado pela autora é orientada pela Portaria nº 92/2014 que direciona a avaliação institucional. Nessa perspectiva, o aspecto social é contemplado pelos *Eixos 2 e 3*, aqui identificados como *indicadores sociais*. Esses são assim considerados porque devem permitir uma interpretação da realidade social de forma a orientar a IES para a formulação de políticas que direcionem o seu papel perante a sociedade.

Conforme definido pelo dispositivo legal mencionado, o *Eixo 2* foca: *Dimensão 1* – Missão e plano de desenvolvimento institucional; *Dimensão 3* – Responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Por sua vez, o *Eixo 3* focaliza as políticas acadêmicas e abrange: *Dimensão 2* – Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão, observando as políticas de formação acadêmicas científica, profissionais e cidadã; *Dimensão 4* – Comunicação com a Sociedade, que possibilita identificar as estratégias efetivas utilizadas pela IES para sua aproximação com a sociedade, além do comprometimento com as melhorias de vida da comunidade; *Dimensão 9* – Políticas de Atendimento aos Discentes, que evidenciam as formas de integração dos estudantes à vida acadêmica.

Metodologia e análise dos relatórios

Embora as avaliações internas orientadas pelo Sinaes ainda não estejam adequadas ao novo instrumento que trata as dimensões por eixos, esse estudo analisa resultados que dizem respeito aos aspectos sociais, evidenciados em relatórios de responsabilidade da IES.

Para análise dos relatórios inicialmente, selecionou-se um grupo de 25 (vinte e cinco) IES brasileiras a partir dos seguintes critérios: (i) natureza administrativa (10 públicas e 15 de natureza privada); (ii) organização acadêmica (10 universidades, sendo 5 públicas e 5 privadas; 5 centros universitários e 10 faculdades, todos vinculados ao setor privado); (iii) distribuição proporcional das IES nas cinco regiões brasileiras.

O levantamento preliminar consistiu em acessar o site de cada uma dessas instituições e verificar as informações disponibilizadas sobre o seu processo de autoavaliação. Essa estratégia conduziu às seguintes constatações: (i) Relatórios disponibilizados somente para os seus alunos, professores e demais funcionários; (ii) Relatórios não disponibilizados na íntegra; (iii) Ausência de informações sobre o processo de autoavaliação; (iv) Apresentação de dados percentuais sobre o que a IES se autoavaliou, sem disponibilizar o relatório; (v) Publicação apenas de relatórios anuais de gestão que não correspondem ao relatório de autoavaliação; (vi) Publicações apenas do último relatório de autoavaliação; (vii) Autoavaliação apenas na Dimensão 7 (infraestrutura). Finalmente, o caso de duas universidades, sendo uma pública federal e uma privada, que publicaram em seus sites, na íntegra, os relatórios de autoavaliação de três anos seguidos – 2010, 2011, 2012 – período correspondente a um ciclo avaliativo do Sinaes. Esses constituíram a base documental analisada para o presente trabalho, com especial atenção para as *Dimensões* que constituem os *Eixos 2 e 3*, nos termos dispostos pela Portaria nº 92/2014 (BRASIL/MEC, 2014).

A análise empreendida dos relatórios parte da premissa que a política do Sinaes possui um sentido que, ao ser apropriado pelas IES, estas passam a produzir um significado para essa política, considerando os interesses e ações dos seus atores. Desse ponto de vista, compartilha com a ideia de Dias Sobrinho (2010, p. 210), segundo a qual “o sistema de avaliação deve produzir sentidos a respeito do cumprimento das funções sociais de formação humana e construção de conhecimentos de cada instituição, no âmbito regional, nacional ou internacional”.

Também orientaram a análise dos dados os focos privilegiados pelas dimensões que constituem cada um dos eixos selecionados para o estudo. Assim, no *Eixo 2* tem-se destaque a *Dimensão 1* que busca a missão da IES voltada para a produção e socialização do conhecimento com bases nos princípios éticos e humanos, para a construção de uma sociedade justa, e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que deve contemplar o compromisso social com o ensino e o diálogo com a sociedade. Insere-se também a *Dimensão 3* que diz respeito aos processos de inclusão social, evidenciando a necessidade de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial. (BRASIL/MEC/INEP//DAES/CGACGIES, 2014).

Para fins de identificação das análises apresentadas neste artigo as instituições serão identificadas, respectivamente, pelas letras A e B.

Na *Dimensão 1* a Instituição A avalia que sua missão é propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional. Para tanto, compreende o PDI como a base do planejamento integrado de suas diferentes unidades acadêmicas e dos setores que lhes dão sustentação administrativa e/ou complementar. Reafirma a preocupação com uma formação e educação orientadas por uma visão “em longo prazo”.

Nessa dimensão, ainda que a IES busque o atendimento às questões sociais, os resultados quantitativos obtidos demonstram que a maioria dos docentes, discentes e técnico-administrativos conhece parcialmente ou não conhecem o PDI e a missão da instituição. Assim, a CPA recomenda a divulgação dessas questões, para obterem maior participação e empenho do corpo técnico no exercício de suas funções.

Quanto à *Dimensão 3*, a Instituição A avalia que tem se empenhado cada vez mais em cumprir a sua missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado, formando cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico da

região, com o meio ambiente e a cultura de uma forma geral. A responsabilidade social está inserida em suas funções de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, a IES sustenta que seu trabalho é orientado por uma concepção fundada em pressupostos éticos que orientam suas práticas decisórias, concretizadas em ações orientadas para o bem estar da coletividade, de seu público interno e externo, levando-se em consideração os interesses da comunidade local, o estímulo a práticas de desenvolvimento humano e social, a proteção e preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, dentre outros.

A CPA da IES analisou a comunidade acadêmica acerca do apoio aos estudantes condições de acessibilidade e outras de interesse social. Nessa dimensão os gráficos apresentaram um equilíbrio entre as percepções, consideradas satisfatórias e parcialmente satisfatórias.

O *Eixo 3* contempla as *Dimensões 2, 4 e 9*. Na *Dimensão 2*, a Instituição A avalia que desenvolve suas políticas de ensino, pesquisa e extensão e pauta-se em um conjunto de objetivos e metas que, além de dirigirem-se à criação das condições necessárias para o atendimento de demandas sociais e do mercado profissional, busca a expansão da oferta de vagas na graduação e a qualidade dos serviços oferecidos.

A IES percebe que por meio das análises referentes à *Dimensão 2*, houve o crescimento do ensino (expansão da oferta de vagas), pesquisa (número de bolsas, grupo de pesquisa) e extensão (número de bolsas e projetos). Entretanto, a comunidade acadêmica considera a necessidade de melhor adequação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos, a viabilização de ações no sentido de melhor divulgação das ações referentes às atividades de iniciação científica e científico-culturais, extensão, esportivas e artísticas.

Na *Dimensão 4* a Instituição A avalia que tem procurado expandir as ações de comunicação de forma planejada e diversificada às novas demandas e tecnologias para atendimento às necessidades de comunicação do público interno e externo. Para tanto, utiliza-se de diversos recursos para fins de comunicação com a sociedade, em consonância com sua própria missão. Há também comunicação por meio da ouvidoria, que conta com um sistema informatizado disponibilizado no portal da IES, no qual as respostas são veiculadas aos interlocutores através de e-mails, embora os gráficos demonstrem que 90% da comunidade acadêmica jamais utilizaram esse serviço, o que causa preocupação à IES por tratar-se de um canal criado para garantia de defesa e promoção dos direitos da comunidade.

Quanto à *Dimensão 9*, a Instituição A avalia que tem implementado uma política de assistência estudantil, de caráter inclusivo garantindo o acesso e a permanência com qualidade aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, na busca permanente pela universalização dessa política, o que é confirmado pelos gráficos construídos.

A IES mantém programas de acompanhamento ao corpo discente e de estímulo à permanência, tais como: Serviço de Benefício ao Estudante, Bolsa Permanência; Moradia Universitária; Bolsa Alimentação; Bolsa Especial; Bolsa Inclusão Cultural e Apoio Acadêmico. Também concede bolsas de monitorias em todos os seus *campi*.

Ao analisar o relatório da Instituição B depara-se com os seguintes comentários em relação ao *Eixo 2*.

Na *Dimensão 1* a IES avalia que o seu Planejamento Estratégico, realizado ao longo de 2012, envolveu todos os segmentos da comunidade universitária, pautando-se em critérios de qualidade e processos atualizados de gestão. Nesse ano, foi elaborado o Planejamento Estratégico da Universidade para os próximos 20 anos, bem como o PDI 2013-2017.

Segundo a autoavaliação realizada pela CPA, as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, articuladas ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as funções, os órgãos e os sistemas de administração utilizados como subsídios para a sua permanente revisão. O trabalho mais integrado entre a CPA e a Assessoria de Planejamento da Instituição B, a partir de 2013, segundo o relatório, ampliará as perspectivas de sistematização das ações interventivas decorrentes da identificação de fragilidades nos relatórios de autoavaliação e de avaliação externa.

Acerca da *Dimensão 3* a IES relata que várias ações de cunho comunitário e social são desenvolvidas, surgindo a partir da constatação das necessidades da comunidade local e regional. A Universidade desenvolve vários projetos que contemplam a meta deste objetivo, incluindo um projeto de inclusão digital. Existe a preocupação com os portadores de necessidades especiais, e ações efetivas para a solução desta situação. Acrescenta que as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais, também, com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística

A Instituição B afirma ter o reconhecimento da Assembleia Legislativa, quanto à importância de seus projetos comunitários, realizados em parceria com o setor público

e privados. Ainda assim, a CPA sugere a reativação de agendamentos do Serviço de Assistência Judiciária da IES por entender a sua relevância social e humanitária.

O *Eixo 3* abrange as *Dimensões 2, 4 e 9*. No que se refere a *Dimensão 2* a Instituição B relata que as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas estão coerentes com o seu PDI 2008-2012. Algumas metas ainda não foram atingidas em sua plenitude, mas as ações apontam um cenário bastante favorável para que isto aconteça. A extensão, como prática acadêmica, interliga a Universidade com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania. A IES afirma contar com projetos permanentes nas áreas de direitos humanos, educação inclusiva, arte e cultura, saúde, economia solidária, terceira idade, entre outros.

O caráter comunitário da Instituição B se revela de forma significativa, por meio do relatório da CPA, em suas inúmeras atividades de extensão. Existe uma relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e uma vinculação com a formação acadêmica do aluno. Como incentivo aos egressos que tiveram com nota média igual ou superior a 9 durante o curso de graduação, são concedidos descontos e bolsas para os cursos de pós-graduação.

Ainda assim, a CPA recomenda o desenvolvimento de pesquisas que envolvam temáticas como evasão e egressos, bem como o estabelecimento de política institucional de incentivo à realização de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico da região.

Para as ações relacionadas à *Dimensão 4*, a IES relata que o Portal da Universidade é o principal canal de comunicação e conta com um Sistema de Apoio Universitário como o meio de comunicação direto entre alunos, professores e gestão. A Assessoria de Comunicação e Marketing fornece a estrutura de apoio à Ouvidoria, realizando a triagem das questões enviadas através do canal de comunicação chamado “Fale Conosco”. De acordo com o relatório analisado, existe uma política de ação no sentido de não deixar nenhuma questão pendente, sendo que as soluções são buscadas junto aos setores, coordenadores e diretores de centros. Constata-se, no entanto, a falta de um tratamento estatístico às múltiplas formas de expressão das críticas, com refinamentos e encaminhamento às diferentes instâncias. Relata-se ainda que essa mesma Assessoria desenvolve projetos que estimulam a comunicação interna e externa, em consonância com o PDI e as políticas institucionais.

Articulados entre si e desempenhando papel estratégico nas ações de divulgação do trabalho da Universidade e de comunicação entre os públicos que

compõem a comunidade universitária e a população em geral, utilizam-se de rádio, TV universitária, *homepage* da IES, e-mails, redes sociais, folhetos e cartazes informativos.

Em relação à *Dimensão 9*, na Instituição B as políticas de apoio e atendimento aos discentes são definidas pela Pró-Reitoria Acadêmica e implementadas por intermédio do Núcleo de Apoio ao Estudante, através da promoção, execução e acompanhamento de programas e projetos que contribuam para a formação dos alunos, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária. Esse núcleo é o responsável pelo acompanhamento aos alunos, com ações na área de psicologia, de nivelamento, de atendimento e acompanhamento daqueles com necessidades especiais e dos professores que ministram aulas para estes alunos. Estendem-se as ações de acompanhamento aos pais dos alunos, com a integração e a valorização da família.

No entanto, a CPA recomenda a discussão no referido Núcleo para a promoção de eventos, conforme estabelecida no PDI 2008-2012, pois a estrutura do setor não contempla estas atribuições, nem em termos de políticas nem na prática.

Considerações finais

Este artigo se propôs a analisar como os indicadores sociais são explicitados na autoavaliação institucional proposta pelo Sinaes, considerando sua vinculação às *Dimensões 1 e 3*, que compõem o *Eixo 2*, e as *Dimensões 2, 4 e 9*, vinculadas ao *Eixo 3*, conforme disposto pela Portaria 92/2014 (BRASIL/MEC, 2014). Para tanto, tomou-se com base da análise os relatórios produzidos pelas Comissões Próprias e Avaliação de duas universidades brasileiras – uma pública federal e uma de natureza privada.

A análise empreendida teve o intuito de verificar como esses indicadores, considerados de cunho social, estão sendo vistos pela comunidade acadêmica, de maneira a confirmar ou não o cumprimento de algumas IES quanto ao seu papel social. Observa-se que ambas as instituições analisadas evidenciam nos seus relatórios as ações que são desenvolvidas com vistas a atender a sua missão e vocação em todos os aspectos. Entretanto, pouco ou nada se percebe das fragilidades que podem estar ocorrendo internamente, o que já permite denotar certa fragilidade no processo de autoconhecimento. Esse fato leva a crer que pode haver certo receio de vir a tornar pública as dificuldades que ora ocorrem ou que, ainda não existe consciência suficiente para o verdadeiro significado da autoavaliação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.
- _____. Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jun. 2014, seção I, Edição Extra, p. 01.
- _____. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 40 de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2007.
- _____. _____. Portaria n. 1.264, de 17 de outubro de 2008. Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jan. 2006, Seção 1, p. 5.
- _____. _____. Portaria n. 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 fev. 2014, seção 1, p. 5.
- _____. _____. Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES). **Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília, DF, 2004. 38 p.
- _____. _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Diretoria de Avaliação de Educação Superior. Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Nota técnica**: nº 14 de 07 de fevereiro de 2014. CGACGIES/DAES/INEP/MEC, 2014.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.
- _____. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- POLIDORI, M. M. P. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, Sinaes, IDD, CPC, IGC e outros índices. **Avaliação**, Campinas: Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. 2009.
- ZAINKO, M. A. S. A avaliação institucional da educação superior. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.11, p.13-31, jan./abr. 2004.